



SECRETARIA DA FAZENDA

CONTRATO N.º 185/2024

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OLINDA, E A EMPRESA ABAIXO RELACIONADA, PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, SEM GÁS, ENVASADA EM GARRAÇÃO DE 20L, E DE GARRAÇÃO PLÁSTICO TRANSPARENTE PARA ACONDICIONAMENTO EXCLUSIVO DE ÁGUA MINERAL, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DA FAZENDA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE CONTRATO, ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2024, PROVENIENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2024.**

O MUNICÍPIO DE OLINDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.404.184/0001-09, através da SECRETARIA DA FAZENDA, neste ato representado pela Secretária da Fazenda, Sra. **MARIA GIVONETE DA SILVA LUBARINO**, brasileira, portadora de cédula de identidade nº 6232520 SSP/PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 775.893.514-15, residente e domiciliada na cidade de Recife/PE, por força do Ato nº 624/2024, nos termos do que dispõem as Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02, doravante denominado de CONTRATANTE; e do outro lado, a empresa **CELSONO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA FILHO ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.014.987/0001-73, com sede na Rua Serinhaém, nº 016, Jardim Atlântico, Olinda/PE, CEP 53140-010 neste ato representada por **CELSONO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA FILHO**, brasileiro, solteiro, administrador, portadora da cédula de identidade nº 8.832.329 SDP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.928.604-65, residente e domiciliado na Rua Professora Marly Figueiredo, nº 444, Casa Caiada, Olinda/PE. doravante designada CONTRATADA; têm justo e convencionado o presente Contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir expressas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME JURÍDICO**

1.1. Rege-se o presente contrato pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelos Decretos Municipais nº 042/2020, de 03 de abril de 2020, nº 177, de 29 de setembro de 2014, nº 097, de 18 de maio de 2015, nº 024/2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

SECRETARIA DA FAZENDA

Av. Santos Dumont, nº 177 – Varadouro – Olinda/PE – CEP 53.010-230

Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe do Conselho  
Visto  
Página 1 de 1



**SECRETARIA DA FAZENDA**

**2.1.** Constitui o objeto deste contrato a aquisição de água mineral, sem gás, envasada em garrafão de 20 Litros e de garrafão plástico transparente para acondicionamento exclusivo de água mineral, conforme condições, quantidades e especificações estabelecidas neste contrato.

**2.2. Da discriminação do objeto:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Garrafão plástico transparente para acondicionamento exclusivo de água mineral; capacidade de 20 litros; fabricado em policarbonato - PC, ou em polietileno Tereftalato - PET, retornáveis, resistentes a impacto novo (nunca utilizado); isento de manchas, deformações e sujidades, sem tampa de pressão, deverão estar de acordo com a Portaria nº 387 DNPM, de 19/09/2008).	60	R\$ 15,35	R\$ 921,00
02	Água Mineral, sem gás, envasada, garrafão de 20L (fabricados em policarbonato - PC, ou em polietileno Tereftalato - PET, retornáveis, resistentes a impacto. Devidamente identificado por rótulo do produto e higienizados. Os garrafões devem ser de propriedade da empresa contratada. Fabricação do produto de no máximo 01 (um) ano, a contar da efetiva entrega. Devendo estar de acordo com os padrões estabelecidos pelo departamento nacional de produção mineral - DNPM e agência nacional de vigilância sanitária - ANVISA, com marca, procedência e validade impressas no rótulo do produto.	1.200	R\$ 5,74	R\$6.888,00
Total:				<b>R\$ 7.809,00</b>

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO**

**3.1.** Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo deste instrumento e à proposta vencedora, independentemente de transcrição, na forma do art. 55, XI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO**

**4.1.** O valor total da contratação é de R\$ 7.809,00 (sete mil oitocentos e nove reais), estando inclusos todos os gastos com salários, encargos trabalhistas, sociais, previdenciários e fiscais, impostos, despesas administrativas, frete, taxas, mão de obra,

Procuradora Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe do Conselho

**SECRETARIA DA FAZENDA**

Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230



**SECRETARIA DA FAZENDA**

seguros e demais tributos e despesas decorrentes da execução do objeto do presente instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

5.1. A vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será realizado mensalmente, em até 30 (trinta) dias, após a emissão da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, mediante a apresentação da Nota Fiscal Fatura devidamente atestada e liquidada pelo órgão competente.

6.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando quaisquer ônus para o Município de Olinda/PE.

6.3. Na hipótese de eventual antecipação de pagamento, a Administração procederá ao correspondente desconto, baseado em taxa de juros vigente no mercado financeiro. A taxa para desconto será publicada pela Secretaria da Fazenda e da Administração a cada trimestre, através de portaria específica.

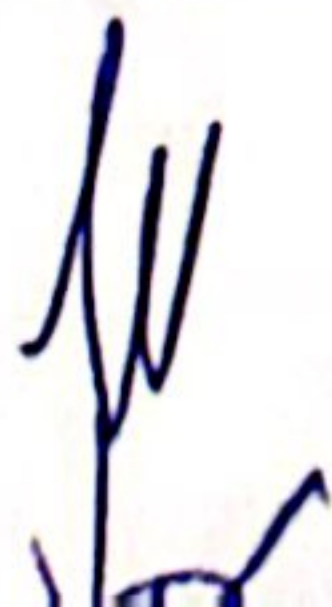
6.4. Será exigida da Contratada, no ato da quitação das faturas, a entrega de cópias autenticadas de documentos comprobatórios de adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais, por elas assumidas em razão dos respectivos objetos contratuais.

6.5. Sendo a Contratada optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

6.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da CONTRATANTE, fica convencionado que a taxa de atualização financeira, devida entre a data referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP, onde:**

**EM= Encargos Moratórios**





**SECRETARIA DA FAZENDA**

**N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento**

**VP= Valor da parcela a ser paga I=índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:**

**I = TX= Percentual da taxa anual = 6%**

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

**7.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue de forma parcelada, conforme solicitação da CONTRATANTE, protegidos e embalados adequadamente contra danos de transporte, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.**

**7.2. O objeto deverá ser entregue no endereço da CONTRATANTE, conforme anexo II do Termo de Referência.**

**7.3. O objeto deverá ser entregue em embalagens próprias do fabricante, acondicionadas de forma a permitir o manuseio e estocagem, sem comprometer a qualidade e durabilidade dos produtos.**

**7.4. A fiscalização da quantidade e qualidade técnica dos produtos, bem como, pelas perfeitas condições de seu fornecimento, será realizada pelo responsável da unidade Consumidora emitente da Ordem de Fornecimento e deverá ser acompanhado pelo(a) fiscal do Contrato.**

**7.5. O objeto será recebido:**

**7.5.1. PROVISORIAMENTE, pelo servidor indicado como fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 10 (dez) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;**

**7.5.2. DEFINITIVAMENTE, por servidor indicado como fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos deste, observado o disposto no art. 69 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.**

**7.6. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução e dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:**

**7.6.1. Material embalado, acondicionado e identificado de acordo com a Especificação Técnica;**

**7.6.2. Quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho ou ordem de fornecimento;**

**7.6.3. Entrega no prazo, local e horários previsto neste contrato.**

**7.7. O objeto será recusado quando apresentar:**

Procuradora Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe do Conselho

**SECRETARIA DA FAZENDA**

Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230



**SECRETARIA DA FAZENDA**

**7.7.1.** Embalagens não identificadas com o nome do produto, quantidade, vencimento, lote, etc;

**7.7.2.** Produtos que apresentarem vícios de quantidade como embalagem violada, amassada, vencida caso haja um vencimento, com acondicionamento impróprio;

**7.7.3.** Caso haja qualquer situação de desacordo entre os produtos fornecidos;

**7.7.4.** Produto para os quais a nota fiscal/fatura ou ordem de fornecimento estiver com a especificação do objeto e quantidade em desacordo com o discriminado neste contrato, seus anexos e na proposta adjudicada.

**7.8.** A empresa vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias corridos, a partir da notificação da CONTRATADA, para substituir produtos que não estejam em conformidade com as especificações exigidas, sem ônus adicional para a Administração Municipal.

**7.9.** Em todo caso de devolução ou extravio do bem, a CONTRATADA será responsável pelos custos com fretes, carretos, seguro e tributos, se ocorrerem.

**7.10.** Em caso de devolução dos objetos contratados, por estar em desacordo com as especificações exigidas, todas as despesas serão atribuídas a CONTRATADA.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES**

**8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1.1.** Efetuar o pagamento na forma pactuada neste contrato;

**8.1.2.** Informar à CONTRATADA, com antecedência, qualquer alteração referente ao local e prazo de fornecimento do objeto deste contrato;

**8.1.3.** Fiscalizar o andamento da contratação em todo seu teor, observando ainda as exigências do respectivo certame licitatório, bem como as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;

**8.1.4.** Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas deste contrato;

**8.1.5.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato;

**8.1.6.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.1.7.** Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparo ou corrigido;

**8.1.8.** Realizar ampla e completa fiscalização sobre o cumprimento das especificações e condições desta aquisição, sem restrições da CONTRATADA.

**8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.2.1.** A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato e seus anexos, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

**SECRETARIA DA FAZENDA**

Av. Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230

Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe de Gabinete  
5 de 9  
Página 5



**SECRETARIA DA FAZENDA**

- 8.2.2.** Fornecer o objeto observando as descrições da planilha de especificações, quantitativas e preços, o local e prazo de entrega;
- 8.2.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, o objeto com avarias ou defeitos, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;
- 8.2.4.** Responder integralmente pelo prejuízo causado a CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do objeto do processo licitatório;
- 8.2.5.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com devida comprovação;
- 8.2.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidades com as obrigações assumidas.

**CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**9.1.** A fiscalização e o acompanhamento do fornecimento e entrega caberão diretamente à cada CONTRATANTE, através de servidor responsável, denominado Gestor de Contrato, a quem compete verificar se a empresa está executando corretamente os fornecimentos, obedecendo aos termos do Contrato e aos demais documentos que o integram.

**9.2.** O Gestor do Contrato não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela empresa para a execução da entrega objeto do presente Termo de Referência, cabendo-lhe no acompanhamento e na fiscalização do Contrato, registrar as ocorrências relacionadas com o(s) fornecimento(s), comunicando à empresa, através do seu representante legal, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

**9.3.** A fiscalização será exercida no interesse da Administração, não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto e termos do presente instrumento deverão ser prontamente atendidas pela empresa, sem qualquer ônus a Administração Pública Municipal.

**9.4.** O fiscal do contrato será designado através de Portaria.

**9.5.** No que se refere à Fiscalização e Acompanhamento da Ata de Registro de Preços compete a Secretaria de Gestão de Pessoas e Administração de Olinda, enquanto Gerenciadora da Ata.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTAMENTO**



Procuradora Geral do Município  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
Av. Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230  
Chefe de Gabinete



**SECRETARIA DA FAZENDA**

**10.1.** O valor do Contrato será fixo e irrevogável por 12 (doze) meses, contados da data da proposta, haja vista a vedação de reajuste para periodicidade contratual inferior, nos termos do art. 28, da Lei nº 9.069/95, e dos artigos 2º e 3º da Lei nº 10.192/01, ressalvado o disposto no art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**10.2.** Decorrido o prazo de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da proposta de preços, poderá ser concedido reajuste, desde que tempestivamente requerido pela CONTRATADA.

**10.3.** No caso de prorrogação do contrato, decorridos 12 (doze) meses, contados da data do último reajuste, poderá ser concedido novo reajuste, mediante requerido do Contrato, conforme disposição do artigo 3º, caput, e §1º, da Lei nº. 10.192/01.

**10.4.** O reajuste, em qualquer caso, será baseado no Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatística (IBGE), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$R = P_0 \{(I_1/I_0) - 1\}$ , Onde:

R = Valor do Reajuste

P<sub>0</sub> = Valor do preço básico a ser reajustado

I<sub>1</sub> = Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, da Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajuste.

I<sub>0</sub> = Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, da Fundação Getúlio Vargas, relativo à data base da proposta.

**10.5.** O reajuste a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitados no momento oportuno, será objeto de preclusão com a assinatura do instrumento contratual, de termo aditivo de prazo ou com o encerramento do contrato.

**10.6.** O Reajuste do Preço deverá ser apresentado em Fatura/Nota Fiscal complementar enquanto não divulgado o índice correspondente do mês em que a execução do objeto for efetuada, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice definitivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE FORNECIMENTO**

**11.1.** O prazo de fornecimento será de 12 (doze) meses consecutivos, a contar a data da emissão da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado com base no Art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**12.1.** Os recursos financeiros correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:  
**Unidade Gestora: PMO**



**SECRETARIA DA FAZENDA**

Av. Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230

Procuradoria Geral do Município  
Gabriela de Procuroador  
Chefe de Consultoria  
Página 7 de 90





**SECRETARIA DA FAZENDA**

**Programa: 7.020**  
**Projeto Atividade: 8.025**  
**Subação: 001**  
**Elemento de Despesa: 33.90.30**  
**Fonte: 1500**  
**Ação: 8025**  
**Nota de Empenho: 002387 / 002388 R\$ 7.809,00.-**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

**13.1.** As penalidades aplicáveis ao presente processo licitatório são aquelas dispostas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c/ art. 54 do Decreto Municipal nº 042, de 03 de abril de 2020.

**13.2.** Antes da aplicação de qualquer sanção ou penalidade à contratada, será assegurado à mesma o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO**

**14.1.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**14.2.** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.** A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

**14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO TERMO ADITIVO**

**15.1.** A CONTRATADA fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, consoante art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**16.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe de Gabinete  
Assessoria Jurídica

**SECRETARIA DA FAZENDA**

Av. Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230





SECRETARIA DA FAZENDA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Foro da Comarca de Olinda é o competente para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste contrato. E, por estarem assim justas e acordadas, assinam as partes este Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo presenciaram, para que produza assim os seus jurídicos e legais efeitos.

Olinda, 09 de agosto de 2024

Givonete Lubarino  
Secretária Municipal da  
Fazenda - PMO  
Mat. 74.510-3

MARIA GIVONETE LUBARINO  
SECRETÁRIA DA FAZENDA  
CONTRATANTE

CELSONO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA FILHO  
EMPRESA CELSONO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA FILHO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME  
CPF/MF Nº

NOME  
CPF/MF Nº

Procuradoria Geral do Município  
Gabinete do Procurador  
Chefe do Consultivo

SECRETARIA DA FAZENDA

Av. Santos Dumont, nº 177 - Varadouro - Olinda/PE - CEP 53.010-230